

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

SERVIÇOS DE PATRIMÓNIO



RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

**BASE DA TORRE DE MENAGEM DO CASTELO
DE LANHOSO, PÓVOA DE LANHOSO**

Julho 2020

Orlando Fernandes

Índice

1 – Introdução.....	3
2 – Calendário da intervenção	5
3 – Acrónimo	5
4 – Equipa da intervenção	5
5 – Metodologia.....	5
6 – Remoção das camadas de entulho no interior da torre de menagem.....	6
7 – Espólio.....	7
8 – Provável Altar de Sacrifício pré-romano.....	7
9 – Conclusões gerais	11
10 – Bibliografia.....	11
Anexo I – Fotografias	13
Anexo II – Cartografia.....	18
Anexo III – Desenhos	19
Anexo IV – Ficha de sítio – DGPC	22

1 – Introdução

O Castelo de Lanhoso, implantado sobre o maior afloramento granítico português, é um dos mais imponentes monumentos militares medievais portugueses no que diz respeito à sua localização.

Uma escadaria talhada no próprio afloramento, estreita e sinuosa, possibilitava um único itinerário de acesso que era facilmente controlado a partir das defesas que coroavam o afloramento (Barroca 1994, 45).

O pano de muralha, que circunda a alcáçova condal, apresenta várias fases de construção e reformas. A fase inicial, pré-românica, dos finais do séc. X, está representada por um aparelho de construção não-isódomo, perceptível quase por toda a base do perímetro atual do castelo. Esta fase caracteriza-se por silhares de dimensões distintas, ostentando múltiplos “cotovelos” para articulação com outros silhares e pequenas cunhas.

É ao Bispo D. Pedro (1070-1091) que está atribuída a reforma proto-românica no Castelo de Lanhoso. Desta fase é visível uma fiada de regularização dos silhares, enquanto os seguintes apresentam um aparelho pseudo-isódomo com os característicos desvios das juntas verticais, nem sempre paralelas entre si.

A terceira fase consiste numa organização estrutural ocorrida, principalmente, na face sul no Castelo de Lanhoso e está atribuída a D. Dinis, na passagem do século XIII para XIV. Então, onde atualmente se ergue a torre de menagem, existiam originalmente três torreões de distâncias similares entre si e três largas sapatas, tudo atestado pelos vestígios adossados à torre.

A quarta e última fase é referente à reconstrução do Castelo de Lanhoso, executada pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1940 (Barroca 1994, 45-46; Barroca 2004, 192-193).

Em 1121, o sistema defensivo foi posto à prova pelas forças militares de D. Urraca que cercou este castelo, com o objetivo de derrubar a sua meia-irmã, D. Teresa. Contudo, o

título de *inexpugnável linha defensiva* não cedeu, acabando assim por se assinar um pacto entre ambas, ficando conhecido por *Tratado de Lanhoso* (Mattoso 1992, 50).

Já em 1128, D. Teresa foi obrigada pelo seu próprio filho, D. Afonso Henriques, a recolher-se no Castelo de Lanhoso após a estrondosa derrota na batalha de S. Mamede, em Guimarães.

Esta batalha deveu-se ao facto de Fernão Peres de Trava, nobre galego, influenciar D. Teresa a anexar o Condado Portucalense ao Reino da Galiza. D. Afonso Henriques e os aristocratas portucalenses opunham-se a esta agregação, encetando desta forma a célebre batalha do filho contra a mãe (Moreno 1995, 41).

Será no final do séc. XIII que o Castelo de Lanhoso é novamente palco de acontecimentos importantes, desta feita, ligados a um episódio de *paixão*. D. Rodrigo Gonçalves Pereira, alcaide do Castelo de Lanhoso, ausentou-se por um determinado período de tempo para a prática de exercícios de montaria. Face à sua ausência prolongada, sua esposa, D. Inês Sanches, terá cometido adultério com um frade do Mosteiro de Santa Maria do Bouro. O alcaide, alertado para esta situação, prontamente dirigiu-se ao Castelo de Lanhoso e, de forma a vingar sua honra, ateou fogo ao reduto fortificado, encontrando-se no interior a sua esposa adúltera, o amante e todos os que consentiram em silêncio a este adultério (DGEMN 1942, 10-11).

Já no ano de 1680, segundo os apontamentos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacional, o Castelo de Lanhoso foi alvo de desmantelamento e as pedras da muralha e da barbacã serviram para edificar o santuário de N^a Sr.^a do Pilar. Esta obra foi levada a cabo por André da Silva Machado que, sendo natural da Póvoa de Lanhoso, residia no Porto (DGEMN 1942, 12-14).

A DGEMN, em 1940, procedeu a uma intervenção de restauro no monumento, incidindo as obras por todo o monte de Lanhoso. (DGEMN 1942, 18/26).

Desde 1996 que o interior da torre de menagem funciona como Núcleo Museológico, com uma exposição permanente de objetos arqueológicos, descobertos, principalmente, no Castro de Lanhoso.

Este baluarte medieval foi classificado como Monumento Nacional pelo DG 136, de 23-06-1910.

2 – Calendário da intervenção

Os trabalhos arqueológicos foram realizados no dia 30 de outubro de 2010. Foram autorizados pelo ofício n.º 07468, de 16 de outubro de 2010, do IGESPAR.

3 – Acrónimo

A intervenção arqueológica encontra-se registada com o acrónimo CAST-PL-10 (**Castelo de Lanhoso – Póvoa de Lanhoso - 2010**)

4 – Equipa da intervenção

A equipa da intervenção na base da torre de menagem do Castelo de Lanhoso foi constituída pelos seguintes elementos:

- Orlando Miguel Fonseca Fernandes

Arqueólogo da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e diretor da intervenção arqueológica.

- José Manuel Gonçalves Lopes

Licenciado em História pela Universidade do Minho.

5 – Metodologia

Nos anos 40, do século passado, aquando a intervenção da DGEMN, parte dos trabalhos consistiram na *remoção dos entulhos acumulados profundamente, na base da torre*. Quer isto dizer que todas as camadas estratigráficas foram removidas sem o devido registo arqueológico (DGEMN 1942, 18).

Entretanto, para a criação do Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso, em 1996, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, procedeu à limpeza da base da torre de menagem, ficando, desta forma, o afloramento rochoso todo a descoberto (informação

oral recolhida junto de um funcionário camarário que participou nas referidas obras de limpeza).

Antes de iniciarmos a intervenção arqueológica, eram visíveis excedentes de madeira, acumulados na base, resultantes da construção das estruturas de apoio ao Núcleo Museológico.

Perante os dados anteriores, e depois de uma análise prévia ao local, a metodologia de intervenção passou pela remoção das camadas de entulho que tinham sido acumuladas ao longo destes últimos anos.

Face ao exposto, e considerando que a base da torre de menagem já se encontrava no afloramento rochoso, optamos por não criar uma malha virtual isto porque as camadas arqueológicas já tinham sido retiradas nas intervenções anteriores.

A totalidade da intervenção arqueológica foi registada em fotografia.

6 – Remoção das camadas de entulho no interior da torre de menagem

O Boletim n.º 29, da DGEMN, refere que, *os trabalhos da torre de menagem limitaram-se à construção de um novo telhado, com a armação adequada; à reposição dos dois antigos pavimentos (que uma escada de madeira ficou entreligando): à remoção dos entulhos acumulados profundamente, na base da torre; e por fim a numerosos trabalhos de reajustamento e consolidação, que incidiram principalmente no cunhal danificado pela invasão das heras, nas juntas interiores e exteriores.* Perante esta informação, os trabalhos arqueológicos limitaram-se a nova remoção de entulho acumulado na base (DGEMN 1942, 18).

A base apresenta um plano inclinado no sentido este – oeste, sendo neste último local a área onde maioritariamente se concentrava o entulho, resultado do desnivelamento apresentado pelo afloramento granítico.

Assim, os trabalhos arqueológicos incidiram, em grande parte, na vertente oeste da base da torre de menagem.

Procedemos à remoção da camada de entulho, ainda que, com o devido cuidado, para compreender se de facto eram só remanescentes das obras anteriores, ou se ainda subsistia alguma camada arqueológica.

Com o avançar dos trabalhos arqueológicos, fomos percebendo que se tratavam só de excedentes das obras e algum lixo que se foi acumulando pelo uso sistemático do Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso, nos últimos anos.

7 – Espólio

Com esta intervenção não foi possível registar nenhum espólio arqueológico relevante. Todo o material detetado é relativo à utilização recente do Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso, do qual segue listagem:

Ripas de madeira

Esferovite

Vergas de ferro

Cordas

Papéis

Plásticos (Sacos/Copos/Garrafas)

Latas de refrigerantes

Materiais de construção

8 – Provável Altar de Sacrifício pré-romano

A DGEMN, entidade responsável pela recuperação do Castelo de Lanhoso nos anos 40, do século passado, no seu relatório de intervenção não fez referência a qualquer espólio arqueológico ou estrutura na base da torre de menagem.

É, porém, com o Padre Arlindo Ribeiro da Cunha, em 1975, que surge a primeira referência bibliográfica a uma estrutura na base da torre de menagem referindo que, *há ainda uma ara votiva que eu mesmo encontrei no interior do castelo* (Cunha, 1975, 518).

Na nossa opinião, a *ara votiva*, descrita por Arlindo Ribeiro da Cunha, é referente a uma cavidade circular talhada no topo de um bloco granítico, que se encontra na base da torre de menagem.

As paredes que constituem o alçado norte e oeste, da torre de menagem, assentam, em parte, sobre o referido bloco granítico, onde se localiza a cavidade.

Trata-se do remate superior do monólito granítico do monte de Lanhoso. Se excluirmos o edificado, é o ponto mais elevado do monte, bem destacado na paisagem, possuindo um campo visual que se prolonga para o vale do rio Ave, a sul, e para o vale do rio Cávado, a noroeste.

Este afloramento rochoso, com 3,10 metros de comprimento, 1,80 metros de largura e 80 cm de altura, foi cortado, grosseiramente, na parte superior, com o propósito de obter um remate em forma de triângulo tosco, com 20 cm de altura, 80 cm de comprimento, coroado por uma cavidade circular, com 20 cm de diâmetro e 4 cm de profundidade, que não apresenta goteira.

Todos os indícios apontam para um possível local de culto indígena pré-romano, até porque Armando Coelho refere que, antes da conquista romana, a religião castreja assentava em *relações muito estreitas às unidades étnicas e de organização social, aos seus diversos níveis, de que se destacam alguns aspectos relacionados com a guerra e alguns outros sobre o carácter astral e naturalista, com divinização do Sol e da Lua, das águas, fontes, rios, montes, rochedos e outros seres e forças da natureza* (Silva, 2007, 397).

Com base nesta análise bibliográfica, podemos avançar com a hipótese de que os habitantes do Castro de Lanhoso, instalado a meia encosta do monte de Lanhoso, prestavam culto aos deuses indígenas no cume do monólito granítico. Para isso, como

forma de oferenda às divindades, sacrificavam animais com valor afetivo para os humanos: cão (companheiro de caça), cavalo (símbolo de poder), boi (força animal e subsistência da comunidade), ovelha (pastorícia e subsistência da comunidade).

Estes espaços sagrados, caracterizados por se identificarem com grandes afloramentos rochosos, são, por definição, um espaço onde a comunicação como o divino é possível.

Um lugar sagrado revela-se por si próprio e, mais do que as características físicas que este possa apresentar – tais como a sua situação topográfica, a eventual presença de eminentes afloramentos rochosos, nascentes ou cursos de água, determinadas espécies vegetais que possam estar aí localizadas –, é o impacto emocional que a dada altura desperta nos indivíduos que assinala a sacralidade. Por conseguinte, um lugar sagrado nunca é escolhido: ele revela-se por si mesmo (Santos, 2010, 147).

Estrabão, célebre geógrafo e historiador grego, que nasceu por volta do ano 54 a.C., mas residiu durante muitos anos em Roma, refere que, *os lusitanos sacrificam frequentemente aos deuses, examinam as entranhas sem as arrancar do corpo das vítimas, observam também as veias do peito, e tiram também certas indicações do simples contacto. Consultam mesmo em certos casos as entranhas humanas, servindo-se para isso dos prisioneiros de guerra, que revestem previamente do sagum para o sacrifício, e quando a vítima cahe com o ventre aberto pela mão do arúspice tiram o primeiro preságio da própria queda do corpo. Muitas vezes também cortam a mão direita aos captivos e as oferecem aos deuses (Pereira, 30).*

Com base nas informações descritas por Estrabão, provenientes dos mercadores e guerreiros romanos que convergiam para Roma, sabemos que, *estes montanhese...nos seus sacrifícios ao deus Marte immolam também bodes, e os prisioneiros de guerra e cavallos... fazem hecatombes de cada espécie de vítima (Pereira, 30).*

Pelas exímias descrições transmitidas por Estrabão, sabemos que os sacrifícios de animais, e, por vezes, de seres humanos, já eram praticados pelos castrejos, sendo aceites e englobados, posteriormente, pelos romanos no processo de aculturação.

SERVIÇOS DE PATRIMÓNIO

Estes santuários, em rochas ao ar livre, estão ligados a estes rituais de sacrifício confirmados, em alguns casos, pelas inscrições rupestres como é o caso do santuário de Panóias, onde se lê: *Aos deuses e deusas deste espaço sagrado. As vítimas, que caem mortas, aqui, são imoladas. As entranhas são queimadas dentro dos reservatórios quadrangulares que se encontram em frente* (Maciel, 2007, 33).

Também em Vilar de Perdizes, concelho de Montalegre, apareceram três altares dedicados à Serra do Larouco; *Larauco D(eo) Maximo*, topónimo da serra que domina a região. Neste caso, *uma divindade dos fenómenos celestes de carácter soberano e que teria a sua morada nas alturas e manejaria o raio e o trovão, como é atributo dos deuses indo-europeus da primeira função* (Silva, 2007, 398).

Para Antonio Colmenero, este santuário rupestre de Pena Escrita, dedicado ao Larouco, é constituído por duas fases, uma pré-histórica outra romana. Na primeira fase, estariam presentes covinhas, seguida de sulcos (...). Durante a segunda fase, procederam à readaptação do santuário pré-histórico, imprimindo ao altar a forma de um capitel de uma ara romana (Colmenero 2009, 323).

Esta prática, da veneração dos penedos aos deuses indígenas, persistiu, pelo menos, até ao séc. VI d.C., quando São Martinho de Dume critica *os sacrifícios nos altos dos montes e nos bosques frondosos, assim como a erecção de altares aos deuses onde lhes sacrificavam sangue, não só de animais como até de homens, acreditando presidirem aos rios, às fontes ou às florestas* (Maciel, 2007, 36).

Com base nestes dados, e apesar de o monumento não estar soterrado para conseguirmos estabelecer correlações estratigráficas com o restante espaço, tudo indica que estamos perante um possível altar de sacrifício da Idade do Ferro, em que o acesso só era permitido aos sacerdotes da comunidade castreja do Castro de Lanhoso.

Ao que foi escrito anteriormente, podemos acrescentar que o monumento está a uma altura ideal para que o sacrifício (aprox. 80 cm) se fizesse de uma forma ergonómica, sem causar transtorno aos sacerdotes, e o interior da cavidade está muito bem talhada,

com uma picagem meticulosa, de forma a garantir uma correta gestão do sangue da vítima.

9 – Conclusões gerais

Com a exceção do provável monumento de culto indígena pré-romano, esta intervenção não registou mais nenhum vestígio arqueológico. Todos os dados encontrados são relativos à utilização mais recente do Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso.

Os dados estratigráficos foram removidos com as anteriores intervenções, ficando simplesmente remanescentes das obras de construção do Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso, em 1996.

No piso inferior, considerado a base da torre, nota-se um reforço pétreo, constituído por pedra miúda, sem siglas, e pequenas cunhas interligadas por argamassa de cimento que cobre parcialmente os alçados da base da torre de menagem.

Relativamente ao provável monumento pré-romano, identificado no decorrer desta intervenção arqueológica, integrou-se no Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso.

10 – Bibliografia

BARROCA, Mário Jorge, 1994, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico, (Séc. IX a XII)*, Ramos, Afonso & Moita, Lda., Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge, 2004, *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*, *Portugalia*, DCTP, Porto.

COLMENERO, Antonio Rodríguez, 2009, *A la vera del Larouco: Reflejos de la huella galaico-romana*, *Revista Aqvae Flaviae*, nº41, Grupo Cultural Aqvae Flaviae, Chaves.

CUNHA, Arlindo Ribeiro, 1975, *Trepando aos Montes*, *O Distrito de Braga*, 2ª Série, 1 (1-4), Braga.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1942, *O Castelo de Lanhoso*, Nº 29, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Porto.

MACIEL, Manuel Justino, 2007, *Imagens de Arquitectura: Quadrata, Lacus e Laciculi nos santuários rupestres do período romano em Portugal*, Revista de História da Arte, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MATTOSO, José, 1992, *História de Portugal; A Monarquia Feudal*, Volume II, Editorial Estampa, Lisboa.

MORENO, Humberto Baquero, 1995, *História de Portugal Medieval; político e institucional*, Universidade Aberta, Lisboa.

PEREIRA, Gabriel, 1878, *Descrição da Península Iberica; Livro 3ª da Geographia de Strabão (1ª parte)*, Associação dos Architetos e Archeologos Portugueses, e da Sociedade de Geographia de Lisboa.

SANTOS, Maria João Correia, 2010, *Santuários rupestres no ocidente da Hispania indo-europeia. Ensaio de tipologia e classificação*, Palaeohispania 10.

SILVA, Armando Coelho Ferreira, 2007, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2.ª Edição, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

Anexo I – Fotografias



Fotografia 1 – Aspeto da base antes da intervenção.



Fotografia 2 – Remoção dos escombros.



Fotografia 3 – Pormenor da remoção dos escombros.



Fotografia 4 – Limpeza da base da torre de menagem.



Fotografia 5 – Aspeto da base depois da intervenção.



Fotografia 6 - Aspeto geral do provável monumento de culto pré-romano.



Fotografia 7 – Vista frontal.

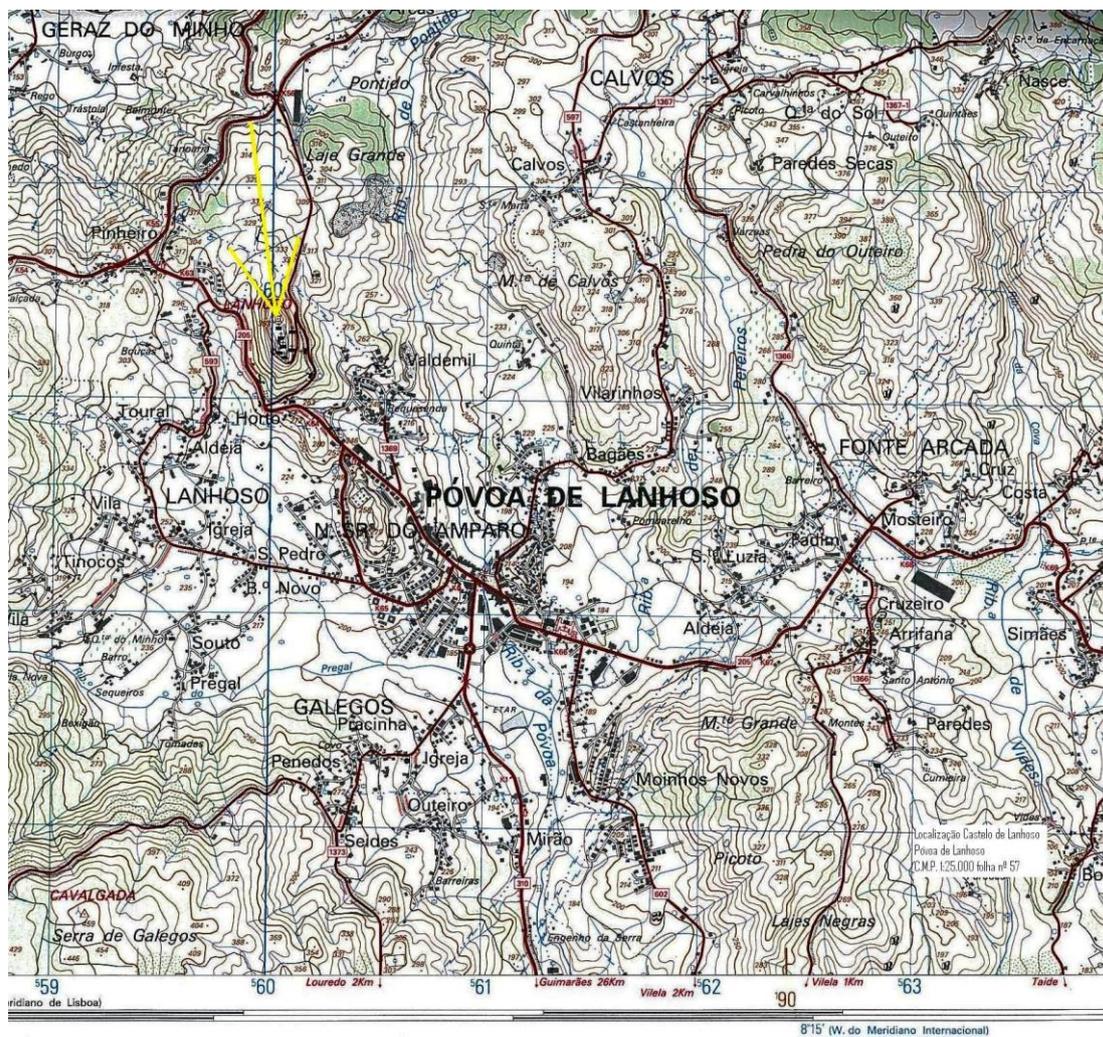


Fotografia 8 – Pormenor do monumento.



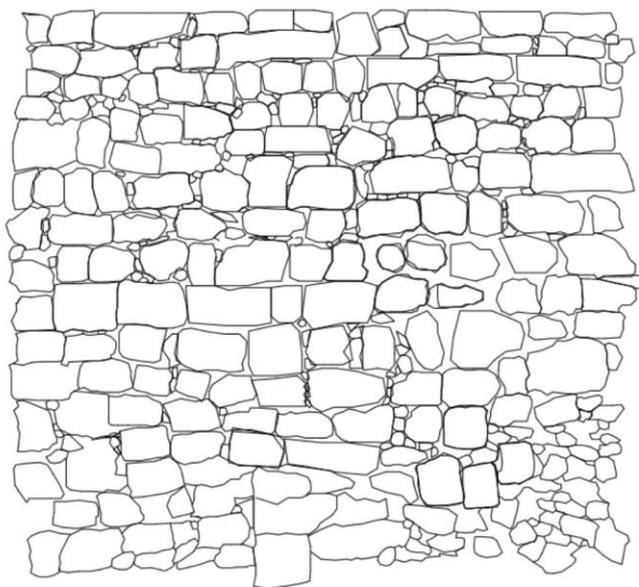
Fotografia 9 – Aspeto do alçado norte com argamassa de cimento.

Anexo II – Cartografia

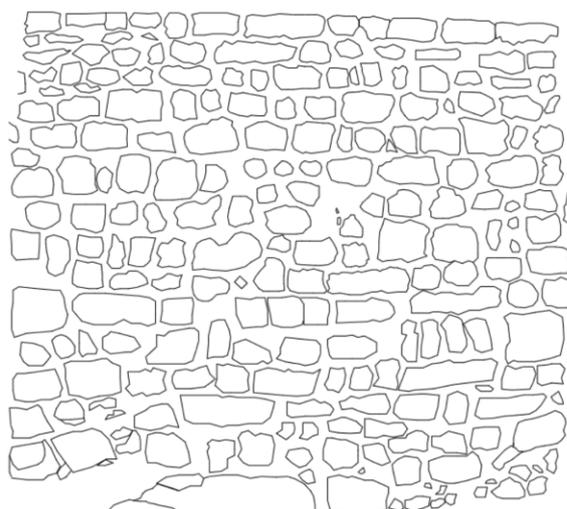


Excerto da carta militar com a localização do Castelo de Lanhoso.

Anexo III – Desenhos



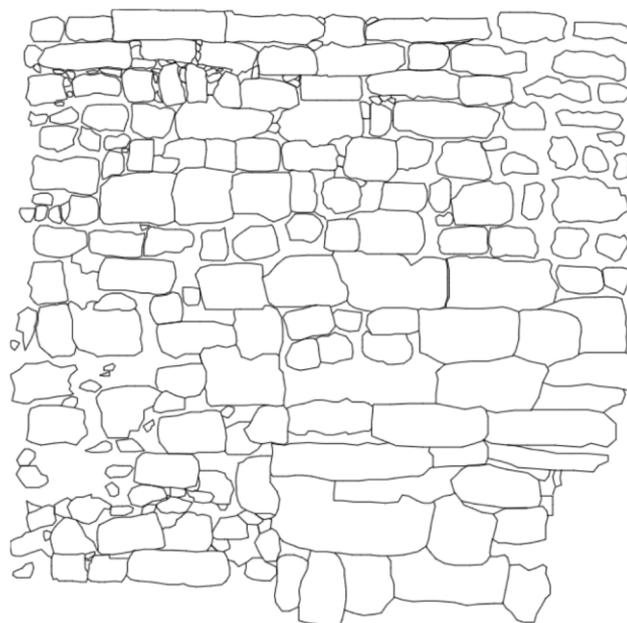
Alçado Este



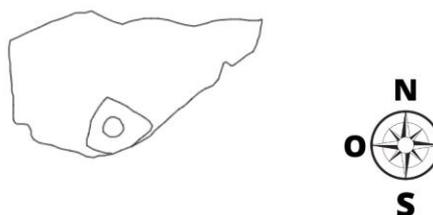
Alçado Norte



Alçado Oeste



Alçado Sul



Cast-PL-10
Escala: 1:20

Planta do provável altar pré-romano.

Anexo IV – Ficha de sítio – DGPC



Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico

(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Torre de Menagem do Castelo de Lanhoso

Distrito: Braga Concelho: Póvoa de Lanhoso

Freguesia: Póvoa de Lanhoso (N.º Sr.ª do Amparo) Lugar: Monte do Pilar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º: 57 Altitude (m): 383

Coordenada X: 8º16'52,87" O Coordenada Y: 41º35'12,30" N

Tipo de sítio: Castelo

Período cronológico: Medieval Cristão

Descrição do sítio (15 linhas)

Localizado sobre o maior monólito granítico da Península Ibérica, o Castelo de Lanhoso é um magnífico exemplar da arquitetura militar medieval, apresentando vestígios de construção de diferentes séculos. Nele esteve D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, no caminho para o exílio, após a batalha de S. Mamede, em 24 de junho de 1128. É um dos mais imponentes castelos portugueses no que diz respeito à sua implantação. Estudos recentes, permitiram identificar vestígios da sua organização pré e proto-românica, anterior à reforma levada a cabo por D. Dinis, o que o singulariza entre os castelos medievais portugueses. Ao visitar este monumento, pode apreciar-se a bela paisagem minhota e, ao mesmo tempo, fazer uma agradável viagem através da história.

Bibliografia

BARROCA, Mário Jorge, 1994, Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico, (Séc. IX a XII), Ramos, Afonso & Moita, Lda., Lisboa.
 BARROCA, Mário Jorge, 2004, Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI), Portugal, DCTP, Porto.
 DIREÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1942, O Castelo de Lanhoso, N.º 29, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Porto.
 CUNHA, Afonso Ribeiro, 1975, Trepando aos Montes, O Distrito de Braga, 2ª Série, 1 (1-4), Braga.
 MATTOGO, José, 1992, História de Portugal: A Monarquia Feudal, Volume II, Editorial Estampa, Lisboa.

Proprietários: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Classificação: Monumento Nacional

Decreto: DG 136, de 23-06-1910

Estado de conservação: Bom Uso do solo: Outros

Ameaças: Vandalismo Proteção/Vigilância: Porta/outros

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus do ENDOVÉLICO*. Essa lista poderá ser consultada em: www.igopar.pt

**Acessos**

Na EN 205, direção Braga-Póvoa de Lanhoso, no lugar do Horto, entre o Km 63 e o Km 64, seguir a direção do Castelo de Lanhoso.

Descrição do Espólio

Não se registou nenhum espólio arqueológico.

Local de depósito

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável

Tipo de trabalho

Datas: de início de fim duração (em dias)

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso efetuou obras de recuperação do interior da torre de menagem do Castelo de Lanhoso. Com objectivo de detetar antecipadamente vestígios arqueológicos, foi efetuada uma intervenção na base da torre de menagem.

Resultados (15 linhas)

Com a excepção do possível monumento de culto indígena pré-romano, esta intervenção não registou nenhum vestígio arqueológico relevante. Todos os dados encontrados são relativos à utilização mais recente do Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso. Os dados mais antigos foram removidos com as anteriores intervenções, ficando simplesmente remanescentes das obras de construção do Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso, em 1996. Com a intervenção da DGEMN, nota-se um reforço pétreo, desde a porta de entrada até à base da torre de menagem, constituído por pedra miúda, sem siglas, e pequenas cunhas interligadas por argamassa de cimento que cobre parcialmente os alçados da base da torre de menagem.

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igemip.pt